

Os acadêmicos da economia e ciência política diferem no entendimento de questões relativas à Escolha Pública? Evidências de uma pesquisa no Brasil

Abdel-Hameed Nawar, Faculdade de Economia e Ciências Políticas, Universidade do Cairo, Egito

A **literatura sobre Escolha Pública** data dos anos 1950 e 1960, mas começou a receber atenção generalizada depois que James Buchanan ganhou o Prêmio Nobel em economia, em 1986. A teoria da Escolha Pública aplica conceitos e pressupostos da economia ao estudo de como as escolhas públicas são feitas. Especificamente, a matéria da Escolha Pública é a mesma da ciência política e administração pública, enquanto sua metodologia é a mesma da economia.

A perspectiva da Escolha Pública gerou debates acirrados sobre a adequação do papel do Estado e da intervenção governamental. Por exemplo, estudiosos da economia defenderam por muito tempo que a forma de se abordar **falhas de mercado**, tais como monopólios e externalidades, é por meio de intervenções governamentais. Entretanto, estudiosos da Escolha Pública questionaram esse argumento, demonstrando que também há **falhas de governo**.

Nawar (2021) analisa os resultados de uma pesquisa realizada para mensurar como estudiosos brasileiros de economia e ciência política tendem a concordar ou discordar a respeito das principais questões da Escolha Pública. Seu nível de concordância com várias dessas questões foi ordenado em uma escala de 1 a 5. O questionário da pesquisa consistiu em 34 questões, organizadas em 7 áreas temáticas representativas (ver Figura 1).

A amostra para a pesquisa foi coletada a partir de várias universidades brasileiras em regiões diferentes. O questionário foi enviado para 124 membros de universidades com pelo menos um doutorado de departamentos de Economia, Ciência Política e Administração Pública em universidades e institutos de pesquisa. Houve 76 respostas.

FIGURA 1
Questões temáticas de Escolha Pública



Fonte: Elaboração do autor.



Acadêmicos brasileiros da área de economia pareceram, na média, menos favoráveis à interpretação de questões políticas pela lente da economia. Além disso, demonstraram pontos de vista divergentes dentro de seus grupos, fato evidenciado pelo desvio padrão ter sido maior que 1 em 23 questões.

Por outro lado, acadêmicos brasileiros da área da ciência política parecem mais favoráveis à interpretação de questões políticas pela lente da economia. Ambos os grupos de acadêmicos pareceram ter uma perspectiva nebulosa sobre várias questões de Escolha Pública e houve um baixo nível de consistência entre os grupos.

Para se comparar os dois grupos de acadêmicos, um teste t para comparação de médias entre duas amostras independentes foi realizado para cada uma das 34 questões de Escolha Pública. Em média, acadêmicos da área de economia apresentaram escores maiores do que aqueles da área de ciência política em mais da metade das questões. Ambos os grupos tendem a concordar em discordar (*fortemente ou de certa forma*) em questões relacionadas à Escolha Pública.

Uma comparação com outras pesquisas similares realizadas na Coreia do Sul e nos EUA revela resultados interessantes. Observando as diferenças estatisticamente significativas por área temática, podemos observar que acadêmicos Sul-coreanos das áreas de economia e ciência política alcançaram um consenso em (a) “pressupostos sobre agentes políticos”, um resultado curioso, que ainda não ocorreu no Brasil ou nos EUA — o país de origem da teoria da Escolha Pública.

Os resultados e contribuições desse estudo podem ajudar a galvanizar o interesse de acadêmicos brasileiros na agenda de Escolha Pública, especialmente à luz de eventos recentes que estão acontecendo no país, incluindo política fiscal, corrupção política, eleições presidenciais, leis sobre competição, salário-mínimo, leis tributárias, subsídios, pacotes de estímulo fiscal e o resgate financeiro de empresas do setor público etc.

Questões que podem vir a interessar esses acadêmicos no futuro, tais como exigências de conteúdo local, por exemplo, podem ser estudadas empregando uma abordagem multidisciplinar, permitindo capturar aspectos diferentes e melhorar os resultados, indo além da influência dos fatores econômicos comumente considerados. Perspectivas mais amplas, que consideram e analisam fatores previamente excluídos ou abordados de maneira inadequada, podem enriquecer pesquisas teóricas e estudos empíricos, bem como as recomendações sobre políticas.

Referência:

NAWAR, Abdel-Hameed. “Do economics and political science scholars differ on public choice issues? Survey evidence from Brazil”. *IPC-IG Working Paper*, nº 192, 2021. Brasília: Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo.